

# ENTRELINHAS SOCIOLÓGICAS

Ano 2, Nº 4, Março/Abril - 2017

## EDUCAÇÃO BRASILEIRA: CONTRADIÇÕES E DESAFIOS

### EDITORIAL

Pensar sobre os inúmeros processos que constituem a complexa realidade social da educação brasileira não é simples. Mesmo que optemos por deter-nos sobre a educação formal (ou educação escolar). Ela é múltipla, reflete inúmeros aspectos da sociedade, legítima desigualdades e opressões sociais, ao mesmo tempo que potencializa novos olhares sobre nossas vidas e, por vezes, transformações valiosas de hábitos e visões de mundo.

Por que a equipe do Entrelinhas abraçou esse desafio de levantar questões sobre a conformação social da educação brasileira? Primeiro, porque é necessário refletir sobre as experiências sociais que nos constituem. E o sistema formal de ensino é uma estrutura fundamental na configuração da sociedade brasileira e de seus sujeitos. Precisamos problematizar que sociedade desejamos construir e com que sujeitos. Mas, para tanto, necessitamos conhecer como se estrutura a educação.

Segundo, problematizar a complexidade da educação brasileira é um exercício político. Refletir sobre o sistema de ensino que orienta fortemente nossas convicções e atitudes, logo, contribui para nossa existência como pessoas e cidadãos. Não podemos nos excluir desses exercícios de questionamentos e proposições de outros rumos para a sociedade da qual somos seus atores sociais. Educação não é sinônimo de qualificação profissional ou preparação para o mercado de trabalho. Educação compreende processos complexos de formação de seres humanos.

Terceiro, em período de imposição de uma reforma educacional do ensino médio, os cidadãos brasileiros necessitam discutir no que consistem os processos formais de ensino, a que eles se prestam, se há outros projetos de educação em discussão e construção, que forças sociais antagonizam por meio desses projetos etc. Contribuir com o debate público sobre que educação é fundamental para a construção de uma sociedade democrática.

Por essas razões, a formação de cidadãos plenos, capazes de lutar por uma sociedade justa e que

caminha em direção da superação das opressões e exclusões sociais, anima as entrelinhas dos artigos dessa edição. Queremos uma educação que potencialize outros caminhos para a sociedade brasileira. Defendemos que a Sociologia na escola deve ser trabalhada como uma oportunidade de potencializar novos saberes e atitudes dos cidadãos brasileiros.



Imagem extraída da página do Armandinho:  
<https://www.facebook.com/tirasarmandinho/>

Instigar outros olhares e outros fazeres é o que anima a equipe do Entrelinhas Sociológicas. Seja no jornal impresso, seja na rede social (*facebook*), todos estão comprometidos com um exercício claro e rigoroso de reflexão, acalentado por aspirações de contribuir com a construção de um Brasil livre, fraterno e que responda, de fato, aos anseios e necessidades de suas variadas pessoas e grupos.

## EDUCAÇÃO, UM ATO DE LIBERDADE

Joycelane Sousa

O grande papel da educação seria formar cidadãos aptos a conciliarem diversas áreas do conhecimento em seu dia a dia, conseqüentemente em sua vida, contribuindo com a humanização. Mas será mesmo que esse objetivo está sendo alcançado?

O ambiente escolar torna-se um local onde o indivíduo passa grande parte de sua vida, onde ele aprende sobre as matérias em teoria e coloca-as em prática com a ajuda de seu educador (pelo menos, em tese). Em decorrência desse contato, a relação que se constitui entre aluno e professor é de suma importância para que o processo de aprendizado seja significativo para ambos os lados.

Temos um autor e educador de grande referência nesse assunto, Paulo Freire. Ele explicita em suas obras que a escola deveria ser um ambiente favorável a instigar a curiosidade e aprimorar a criatividade do aluno. Mas será que o aluno experimenta isso dentro do ambiente escolar? O autor cita: "Pensar é não estarmos demasiado certos de nossas certezas"<sup>1</sup>. Sendo assim, o ensino necessita de uma educação que fomente a pensar de fato e não apenas reproduzir os conhecimentos adquiridos em sala de aula, roboticamente, o que pode levar à alienação de alunos e professores.

ção. Ir além da sala de aula e perceber-se como um ser integral.

Professores e estudantes precisam se conscientizar de que educação é muito mais do que o conteúdo ensinado e reproduzido dentro da instituição escolar. Educação é humanização, é o processo de transformação do ser humano, é a quebra das amarras de toda alienação que eles possam viver.

A verdadeira aprendizagem se dá quando docente e discente compreendem que os saberes servem para ambos aprenderem e não somente reproduzirem. Passam a ter uma nova visão sobre as experiências vividas na escola, dando novos sentidos, abrindo o leque do saber, criando novas opiniões e possibilidades, além de alimentar a interação entre essas novas visões.

Professores e estudantes podem tornar-se agentes de sua própria educação, e não limitados apenas em assuntos de vestibular. O ensino é muito mais do que apenas provas e notas. Vai além. É um processo único de fomento ao crescimento e mudanças.

<sup>1</sup> FREIRE, Paulo, *Pedagogia da Autonomia*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

## A CARÊNCIA DE DEMOCRACIA NA ESCOLA E A LEGITIMAÇÃO DAS DESIGUALDADES

Carlos Daniel da Silva Santos

Em uma palestra proferida no ano de 1977, o antropólogo Darcy Ribeiro afirma: "a crise da educação no Brasil não é uma crise é um projeto"<sup>1</sup>. Assim, os problemas que envolvem os processos educacionais não podem ser delimitados e marcados como oriundos de uma única causa. Por se tratar de um projeto (logo, há uma intenção de fazer uma educação que favoreça as desigualdades sociais brasileiras), as diferentes classes ou grupos e suas disputas pelo domínio do Estado brasileiro fomentam os problemas educacionais no país. Nas escolas os efeitos desses problemas podem ser observados de forma mais direta. Um ponto que merece destaque é a **naturalização** das desigualdades que torna a escola um espaço carente de democracia (fomentador de reais condições de igualdade e oportunidades).

É difícil, diante da sociedade brasileira (desigual, discriminatória, excludente), enxergar uma escola que promova a igualdade de ensino e de oportunidades, ou seja, uma escola democrática. É comum as escolas ignorarem as diferenças (gêneros, etnias, culturas, classes etc.) e, mesmo quando lançam projetos especiais, têm dificuldades para pensar as particularidades sociais. Ao adotar na educação uma cultura de ensino autoritária que privilegia uns em detrimento de outros (a heteronormatividade em prejuízo de outras expressões da sexualidade humana, a cor branca em detrimento da diversidade étnica brasileira, o espaço urbano em desmerecimento do campo, a hierarquia entre homens e mulheres etc.), a escola se torna pro-



Imagem extraída da página do Armandinho:  
<https://www.facebook.com/tirasarmandinho/>

O papel do educador nessa troca de aprendizagens é estimular novos conhecimentos na vida do aluno, levando-o a aplicar grande parte do que aprendeu fora das paredes de uma sala. Acima disso, o educador deve respeitar e aliar os conhecimentos e experiências já adquiridas do educando, produzindo novos saberes.

Já aluno e professor devem se desprender do pensamento de que somente os livros possuem o real conhecimento, e que somente lá se acham as respostas para as questões formuladas em seu dia a dia. O real sentido da aprendizagem é transformar o ser humano, emancipando e fazendo do aluno um agente ativo da própria educação, e não mais um objeto da educa-

motora da desigualdade. Desse modo, essa desigualdade passa a ser legítima, tanto dentro das escolas, como na sociedade<sup>2</sup>.



Imagem extraída do Blog do cartunista Ivan Cabral: <http://www.ivancabral.com>.

Os resultados da Prova Brasil, por exemplo, mostram que na educação pública brasileira, para além dos baixos desempenhos, um fator preocupante é a desigualdade. Esses resultados expõem que, mesmo os estados que cumpriram as metas estabelecidas pelo governo, não ensinaram o esperado para todos os alunos. Para Ernesto Martins Faria, coordenador de projetos da Fundação Lemann, "se a educação é um direito de todos, o direito de cada aluno que não aprende o considerado adequado vem sendo negado"<sup>3</sup>. Portanto, criar dentro das escolas um projeto democrático de ensino, que possibilite oportunidades de aprendizado que atendam às diferentes demandas, é uma alternativa.

Mas uma educação que elabora estratégias que possam contemplar as diversidades sociais presentes nas escolas e suas necessidades específicas de aprendizado. Por exemplo, uma escola no campo tem necessidades diferentes de uma escola que fica na cidade. Não interprete como se fossem mais ignorantes ou inaptos que os estudantes das cidades, mas, por viver no campo, possuem necessidades específicas de formação: relação homem-natureza, debates sobre os recursos naturais, tecnologias alternativas que não agredem o campo etc.

Deve-se buscar também a reestruturação dos métodos pedagógicos e dos sistemas de avaliação. Uma verdadeira educação para todos é aquela que reconhece as diversidades, estuda-as em toda sua extensão e propõe relações de respeito e aprendizado pela convivência com os diferentes. Aprender a viver juntos, com respeito às diferenças, é um desafio para um projeto de educação para/com todos.

1 ARTE DO SABER. Disponível em: <http://artedosaber.blogspot.com.br/2007/07/educacao-no-brasil-crise-ou-projeto.html> Acesso em 15 de Março 2017;

2 NOGUEIRA, Cláudio Marques, NOGUEIRA Maria Alice. A sociologia da educação de Pierre Bourdieu: limites e contribuições. Educ. Soc. vol.23 no.78 Campinas Apr. 2002;

3 ÉPOCA. Disponível em: <http://epoca.globo.com/ideias/noticia/2015/01/bo-ensino-publico-no-brasilb-ruim-desigual-e-estagnado.html>. Acesso em 15 de Março 2017;

4 BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. A Reprodução: Elementos para uma Teoria do Sistema de Ensino. Covilhã, 2009.

## O MITO DA MERITOCRACIA NA EDUCAÇÃO

Ariadine Cristine Gonçalves Ribeiro

Em um contexto diverso e conservador, em que se encaminha uma reforma no ensino médio, sem diálogo com os segmentos da sociedade. Por outro lado, nesse mesmo contexto social, propõe-se um projeto como "escola sem partido", que visa engessar o professor, retirar sua liberdade para expressar posicionamentos e para fazer contextualização de determinados conteúdos (segundo seus defensores, a função do professor seria apenas a de reproduzir o conhecimento restrito ao livro didático, sem incentivo a reflexões por parte dos alunos). Nessa conjuntura, é essencial refletir sobre o que se espera da educação brasileira.

Educação de qualidade é um tema muito recorrente nos discursos políticos no período de eleições. Visando à conquista de votos, não passa de um texto decorado, vazio de significado para quem promete. Diferente, há uma educação pública de má qualidade, em que boa parte das escolas não há a devida preparação para receber os alunos que estão lá. Como mostra o levantamento feito pelo movimento "Todos pela Edu-

## ENSINO PÚBLICO



Imagem extraída da página do cartunista Amâncio: <http://chargistaamancio.blogspot.com.br/>

A escola naturaliza e legitima a desigualdade e, portanto, ela não é neutra, e muito menos democrática<sup>4</sup>. Faz-se necessário a formulação de um sistema de ensino que possa atender as necessidades reais da população (e não aquelas propostas por uma elite preconceituosa e autoritária). Não se trata de formular um sistema único, uma farsa de "educação para todos".

cação”, baseado no Censo Escolar de 2015, somente 4,5% das escolas públicas têm todos os itens de infraestrutura previstos em lei no Plano Nacional de Educação (PNE). O ensino fundamental possui condições piores em comparação ao médio: apenas 4,8% possuem todos os itens no ensino fundamental e 22,6% no ensino médio<sup>1</sup>. Fica claro, dessa forma, as circunstâncias em que se encontram os estudantes de escolas públicas e seus professores.

A partir disso, a busca pelas escolas particulares, por quem possui essa possibilidade, se dá justamente devido à confiança de que nestas, da qual se contrata diretamente um serviço, há uma melhor qualidade. Muitos dos pais que matriculam seus filhos nessas escolas também buscam a eficácia que estas vendem na aprovação em vestibulares. Estão em busca de cursos socialmente considerados de maior valor, em detrimento de outros, como as licenciaturas, por exemplo, que são muito desvalorizados.

Assim, não é difícil perceber as desigualdades de oportunidades fornecidas aos estudantes de escolas públicas e de escolas particulares. Mas isso não impede que o discurso da meritocracia esteja sempre presente, alimentando a ideologia do empenho individual. A meritocracia explica essas mazelas da educação como consequência apenas dos estudantes: de seu esforço (ou da sua falta) os resultados e o sucesso escolar que podem conquistar. Por outro lado, os dados anteriormente apresentados revelam que o fracasso do sistema de ensino decorre da falta de investimento (juntamente com sua má gestão). Acabam por alertar sobre as omissões dos governos e da própria sociedade que cruza os braços e naturaliza esse descalço com a educação pública.

Entretanto, crer em meritocracia compreendia igualdade de “competição” que, como já vimos, é inexistente no nosso sistema educacional. É preciso levar em conta a existência de diferentes escolas, em contextos diferentes. Nem todos os alunos possuem os estudos na mesma posição em suas vidas, mas, mesmo assim, lhes são cobrados os mesmos resultados: o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) é um exemplo. Importante lembrar a realidade dos estudantes do campo, dos assentamentos, das comunidades quilombolas, entre outras, e tomar consciência dessa diversidade de contextos em que estão inseridas essas juventudes. É preciso conscientizar-se dessa contradição: apesar de serem cobrados os mesmos resultados, não são oferecidas as mesmas oportunidades, ou as mesmas condições.

Os jovens são levados a crer que, caso não consigam atingir os resultados esperados, eles não fizeram o bastante ou não têm a capacidade necessária. No entanto, como Pierre Bourdieu traz em seu conceito de capital cultural<sup>2</sup>, não se trata de falta de empenho, ou de capacidade de aprender. De modo diferente, o sociólogo francês explica que o conjunto de conhecimentos, valores e práticas culturais que são trabalhados na escola refletem, em geral, a bagagem cultural das classes mais abastadas: consumo de livros e revistas, visitas a museus, cinemas e teatros,

acesso aos bens culturais da internet etc. Bourdieu trata da escola como espaço, ao contrário do que se imagina, em que o ensino não traz um conhecimento que será transmitido de forma igual para todos. Mostra que a diferença de classe social também influencia nessa questão, pois os alunos pertencentes a classes sociais mais favorecidas possuem acesso a um capital cultural que os outros não possuem, podendo relacionar o que já conhece com o que a escola traz.



Imagem extraída da página do cartunista Erasmo:  
<http://erasmocharges.blogspot.com.br/>

De acordo com o artigo 205 da constituição de 1988 “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Sendo assim a educação é um direito, que deve ser respeitado e exigido. Precisamos repensar essa educação desigual, que estimula competitividade e exclui os de menor capital cultural, voltada para o mercado, em detrimento da educação que torna as pessoas cada vez mais humanas, menos intolerantes, cidadãos, capazes de pensar o mundo. Precisa-se de uma educação que proporcione ao indivíduo se enxergar como sujeito em seu contexto e autor das transformações necessárias. Já está mais do que na hora de buscar acabar com a omissão em relação à educação pública e exigir educação, de fato, com qualidade e que respeite a diversidade cultural e social.

1 <https://goo.gl/0PvosD>. Acesso em: Abril de 2017;  
 2 BOURDIEU, P. A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. Escritos de educação. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 39-64.

**EDUCAÇÃO MERCANTILIZADA***Maiara Luisa Mendes Alves*

A educação de qualidade é um direito de todos, porém, a ideia de uma educação mercantilizada nos remete a uma reflexão sobre a educação como produto, exercendo sobre ela um sentido duplo, um de uso e outro de troca. Transformando o conhecimento em mercadoria. Ela deixa de ser tratada como direito atribuído pela constituição e passa a ser um serviço a ser comprado e negociado no mercado<sup>1</sup>.

As escolas particulares transformam a educação em um serviço, cobrando taxas exorbitantes para se obter uma educação de qualidade. No entanto, como direito, deveria ser obrigação do Estado proporcionar uma boa educação para todos<sup>2</sup>. E toda essa cobrança das escolas privadas é o reflexo da sociedade cada vez mais voltada para o mercado. O que importa é sempre o resultado, em detrimento do processo de ensino-aprendizagem, da formação e desenvolvimento dos indivíduos envolvidos. Ressaltando que existem desigualdades a serem consideradas, como as desigualdades econômica, social e a restrição de acessos ao **capital cultural**.



Imagem extraída da página do cartunista Carlos Latuff: <https://latuffcartoons.wordpress.com/>

No ano de 2011, a Fundação Itaú Social divulgou a seguinte avaliação: “Em relação à meta de alfabetização de todas as crianças até os oito anos de idade, um fator adicional que preocupa é a grande desigualdade entre as redes pública e particular. Nas avaliações de desempenho em leitura, escrita e matemática, a rede particular concentrou duas vezes mais alunos com o nível de conhecimento esperado para esta fase. Em matemática 74,3% dos alunos da rede particular tiveram o desempenho esperado, ao passo que apenas 32,6% dos estudantes da rede pública chegaram ao mesmo nível de proficiência”<sup>3</sup>.

A desigualdade não é gerada somente entre o meio privado e o público. Os professores da Faculdade de Educação/UFRJ e pesquisadores do Observatório

das Metrôpoles, Márcio da Costa e Mariane Koslinsk<sup>4</sup>, fizeram uma pesquisa em busca das melhores escolas estaduais do Rio de Janeiro. Foi constatado que os colégios públicos eram diferenciados de acordo com a região e com os alunos que frequentavam as escolas, tomando como base, também a escolaridade dos pais dos respectivos alunos.

Essa diferenciação acaba gerando uma segregação, na qual a escola pública, com um bom posicionamento, seleciona os seus alunos por meio de avaliações de desempenho, gerando assim um “mercado oculto” (COSTA e KOSLINSK, 2011). Como uma escola estadual não pode gerar lucro de forma direta, mantendo os melhores alunos em suas instituições, essas escolas ganharam mais investimento do Estado pelos bons resultados dos alunos. Destacando que as escolas em destaque ficavam em bairros nobres do RJ e seus alunos possuíam um bom capital cultural.

O destino da educação como um produto a ser comercializado, tanto de forma direta (escolas privadas) e indireta (escolas públicas), está caminhando para além do conhecimento e pontuando a educação como algo a ser exposto como objeto para o mercado, o que faz a educação excludente e gera inúmeras formas de desigualdade.

1 Silva, A. S. FETICHISMO, ALIENAÇÃO E EDUCAÇÃO COMO MERCADORIA. Santa Cruz do Sul: Revista Reflexão e Ação, 2011. (p. 123- 139);

2 Constituição Federal de 1988, Art. 205;

3 Matias, A. J. Os desafios da educação. Acesso em abril de 2017. Disponível em: <https://www.fundacaoita-social.org.br/pt-br/acontece/noticias/os-desafios-da-educacao/>;

4 COSTA, Marcio da e KOSLINSKI, Mariane Campe-lo. Quase-mercado oculto: disputa por escolas "comuns" no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Cadernos de Pesquisa, vol.41, n.142, 2011. (p. 246-266)

**QUE EDUCAÇÃO QUEREMOS?***Mayara Xavier e Jardson Barrinha dos Santos*

Educação é uma instituição estruturante do homem, assim como a família, cultura, pois ela colabora no processo de formação do indivíduo. Quando se fala da necessidade de educar, supõe-se que já exista uma noção única e consensual sobre que seja educação. Mas esse termo é relativo. Para alguns, educar é trocar saberes e experiências, para outros apenas transferir conhecimento. No sentido dado pelo sociólogo Émile Durkheim, educação significa a forma em que os hábitos, costumes e valores de uma sociedade são passados de uma geração para outra<sup>1</sup>.

Os desafios da educação brasileira permanecem no cume das discussões entre profissionais da área e representantes no governo. Movimentos sociais também discutem dilemas da educação e propõem sugestões de novas perspectivas que, entre outras

coisas, contribuam com o respeito e integração das diferenças e colaborem com a construção de uma sociedade justa.

No Brasil, há aproximadamente 14 milhões de analfabetos absolutos e um pouco mais de 35 milhões de analfabetos funcionais. Segundo dados do IBOPE (2005), o analfabetismo funcional atingiu cerca de 68% da população<sup>2</sup>. De modo distinto, o censo de 2010 mostrou que uma, entre quatro pessoas, é analfabeta funcional (25% da população)<sup>3</sup>. Existem vários níveis de analfabetismo funcional. Um primeiro é caracterizado do seguinte modo: pessoas que apenas conseguem ler e compreender títulos de textos e frases curtas, e, apesar de saberem contar, têm dificuldades com a compreensão de números grandes e fazer as operações aritméticas básicas. Outros conseguem ler textos curtos, mas não extraem informações pontuais no texto tampouco tiram uma conclusão a respeito do mesmo. E, por fim, aqueles que detêm pleno domínio da leitura, escrita, dos números e das operações matemáticas (das mais básicas às mais complexas<sup>4</sup>).

Infelizmente, a conjuntura educacional do nosso país está atrelada à questão conteudista. Aluno bom é aquele que tem uma gama de informações restritas e mensuráveis, verificadas em provas. Mas em sua grande maioria não sabem utilizar esse saber no seu cotidiano.

Para o sociólogo, antropólogo e filósofo, Edgar Morin<sup>5</sup>, formar uma consciência crítica significa criar nos educandos um estado interior, ou seja, desenvolver uma consciência que seja capaz de compreender a realidade circundante e agir nessa realidade como ator atuante no andamento da sociedade. Morin também defende a mudança de um ensino fragmentado (disciplinas fechadas em si mesmas que não favorecem uma compreensão ampla da realidade).

O pensador francês enxerga a sala de aula como um **organismo**, fonte de complexidade e diversidade (sejam elas, culturais, econômicas ou sociais). Contextualizar e **interdisciplinarizar** oferecem, para Morin, maior possibilidade de aprendizagem. Questiona a separação dos conhecimentos em disciplinas que não se comunicam entre si. Também argumenta que na escola tradicional é ensinado a separar as informações sem, contudo, aprendermos a relacionar e a interligar. Nessa lógica da “separação” e da “distinção”, encara o ser humano como sendo corpo, mente e sentimentos, partes disjuntas entre si, e ignora que esses são três aspectos de um todo indivisível e complexo.

Um dos mais renomados educadores brasileiros, Paulo Freire, defende como objetivo da escola ensinar os educandos a “lerem o mundo” para poder transformá-lo<sup>6</sup>. Isso significa levá-los a entender sua situação de oprimido e agir em favor da sua libertação. Freire enxerga que o mundo social é marcado por desigualdades sociais, culturais e econômicas e que contribuem para a opressão dos tidos como minorias. No sistema escolar, os oprimidos são tratados como meros receptores do conhecimento definido por aqueles que detêm o poder. Mas como poderá o homem sair da opressão se os que nos “ensinam” são também

aqueles que nos oprimem? Paulo Freire procura conscientizar educadores e educandos sobre seu papel de problematizadores da realidade.

Freire compreende que o opressor tem uma conduta desumanizadora por impor regras de como ensinar e aprender, ao mesmo tempo que não permite um pensamento interdisciplinar e crítico. Por outro lado, nossa libertação dar-se-á depois de nos reconhecermos como oprimidos e, pela crítica das várias formas de opressão, promovermos mudanças.



Ilustração de Claudius Ceccom

Em suma, é imprescindível que escola e a família enalteçam as habilidades e potencialidades de cada indivíduo. Despertar o interesse pela leitura desde a infância, para criar o hábito de ler e compreender de modo complexo. A leitura problematizadora e interdisciplinar é condição para uma educação libertadora. Sem deixar, é claro, de levar em conta a realidade social em que cada um vive. Semear relação de igualdade entre educador/educando, reciprocidade de conhecimento, experiência e vontades de transformação e justiça.

1 QUINTANEIRO, Tânia; BARBOSA, Maria L.; OLIVEIRA, Márcia. Um Toque de Clássicos: MARX, DURKHEIM, WEBER. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003;

2 <https://goo.gl/avXpLR>;

3 <http://www.teen.ibge.gov.br/biblioteca/274-teen/mao-na-roda/1721-educacao-no-brasil>;

4 VUOLO, Vicente. Analfabetismo Funcional, 2014. Disponível

em: <http://www.todospelaeducacao.org.br/educacao-na-midia/indice/29520/opinio-analfabetismo-funcional/>;

5 MORIN, Edgar. Os sete saberes necessários à educação do futuro. São Paulo. Cortez; Brasília, DF, 2003;

6 FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

## A REFORMA DISFORME DO ENSINO MÉDIO

Marcos Rangel de Sousa Costa

A Constituição Brasileira garante que “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pes-

soa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”<sup>1</sup>. Partindo desse princípio, percebemos que a educação envolve a participação de três segmentos sociais: Estado, família/sociedade e escola (professores, estudantes, etc.). Assim, toda e qualquer mudança no ensino (exceto a atual reforma do ensino médio) implica na participação deles para que se tenha um debate público vigoroso e as contribuições de todas as partes.

No entanto, a reforma do ensino médio, proposta e sancionada (Lei 13.415 de 16 de fevereiro de 2017) pelo atual governo, ignora essa premissa ao ser pensada e executada única e exclusivamente pelos poderes Executivo e Legislativo. Este fato empobrece o debate democrático e a construção coletiva de políticas públicas. Por si só, a organização do ensino já é uma questão complexa, e se torna mais ainda quando promulgada de cima para baixo.



Figura: reforma do Ensino Médio provocou revoltas e manifestações (foto: divulgação/internet).

Esta reforma já começa errada por ser aprovada da noite para o dia (foi proposta em setembro de 2016 e foi sancionada em fevereiro de 2017<sup>2</sup>). A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei Nº 9.394<sup>3</sup>), aprovada em 1996 e discutida por longos anos e mais próxima do que se considera minimamente ideal para a educação, ainda é vista como incompleta. Como a Lei 13.415 (sancionada sem debate) pode ser segura, justa e eficiente para a Educação, professores e estudantes?

As mudanças provocadas pela reforma propõe escolas de tempo integral que não possuem estrutura física tampouco um ensino interdisciplinar ideal, capazes de manter jovens por tanto tempo em sala de aula absorvendo conteúdos técnicos. Torna-se mais frágil ainda por não possuir um quadro docente que ofereça um quantitativo de professores que se dedique ao ensino de tempo integral de carga horária de 1.400h, conforme preceitua a reforma.

Determina, ainda, que a carga horária do Ensino Médio tenha 60% dela obrigatória durante seus três anos (com matemática, português e inglês inseridas nesta porcentagem) e os demais 40% (com as forma-

ções técnicas e demais disciplinas inseridas) sejam optativos<sup>4</sup> e equivalendo à formação técnica (podendo, inclusive, serem ministrados por professores de “notório saber”) que o estudante escolherá para se especializar em sua formação específica de acordo com seus interesses. Todo este conteúdo é diluído em cinco “itinerários formativos” que abrangerão todas as áreas do ensino: Linguagens e suas tecnologias; Matemática e suas tecnologias; Ciências da Natureza e suas tecnologias; Ciências Humanas e Sociais aplicadas e Formação Técnica e Profissional.

Posto isso, o que se percebe é que o estudante de ensino médio não terá uma formação que lhe permita compreender a realidade e sua participação na sociedade, uma vez que é retirada a obrigatoriedade do ensino de Artes, Filosofia, Educação Física e Sociologia (por conta das manifestações, reinseriram estes temas na obrigatoriedade, porém, não como disciplinas individuais, mas como temáticas transversais ou objetos de estudo discutidos em outras disciplinas<sup>5</sup>). Ainda há o agravante de um profissional com “notório saber” ministrar aulas no itinerário de Formação Técnica e Profissional em áreas que tenha formação ou experiência profissional. Obviamente, isso desmotiva e desqualifica o professor que se prepara e se qualifica para o exercício de sua função.

Entende-se que a reforma é proposta para transformar o estudante mais numa força de trabalho do que num indivíduo capaz de pensar o mundo. E, até nisso, erra, visto que o mercado é dinâmico e este tipo de formação é arcaica até para si, levando em consideração que o que ele precisa hoje não necessitará amanhã<sup>6</sup>.

Uma reforma que é elaborada às pressas, aprovada via Medida Provisória (MP 746/2016), sem discutir com a sociedade, professores, estudantes, especialistas e que exclui disciplinas de formação humanística não é uma reforma. É um novo golpe na educação<sup>7</sup>.

1 Constituição Federal, 1988. Capítulo III, Seção I, Art. 205;

2 <http://g1.globo.com/educacao/noticia/temer-apresenta-medida-provisoria-da-reforma-do-ensino-medio-veja-destaques.ghtml>

3 <http://educarparacrescer.abril.com.br/politica-publica/lei-diretrizes-bases-349321.shtml>

4 <http://g1.globo.com/educacao/noticia/entenda-a-reforma-do-ensino-medio.ghtml>

5 <https://novaescola.org.br/conteudo/4742/13-respostas-sobre-o-novo-ensino-medio>

6 <http://www.geledes.org.br/reforma-do-ensino-medio-e-arcaica-ate-do-ponto-de-vista-de-uma-formacao-para-o-merca->

do/?gclid=CJektsuU7tICFcWakQodKV4Mdg#gs.gAdH7J4

7 CUNHA, Luiz Antonio, GOES, Moacyr De. O Golpe na Educação. Zahar, 1986.

## SUGESTÕES DE VÍDEOS

- “Quando sinto que já sei”. Disponível em: <https://goo.gl/IVdkbx>;
- “D01 - Capital Cultural”, Univesp TV. Disponível em: <https://goo.gl/OhyNxo>;
- “A Educação que queremos - Virada da Educação na Escola Estadual Coração Eucarístico (Vera Cruz - BH)”. Disponível em: <https://goo.gl/WnlgRR>;
- “Paulo Freire: educação como prática da liberdade”. Disponível em: <https://goo.gl/GmWZBj>;
- “Evasão escolar e desigualdade social”. Disponível em: <https://goo.gl/YX9Mka>;
- “A realidade da educação brasileira”. Disponível em: <https://goo.gl/2zs0FU>;
- “Educação x Mercadoria”. Disponível em: <https://goo.gl/SerbgB>;
- “O tecnicismo na escola”. Disponível em: <https://goo.gl/A6Eusq>;
- “Por que a transdisciplinaridade é uma competência básica?”. Disponível em: <https://goo.gl/vuMK0W>;
- “Lúcia Vilas Bôas – interdisciplinaridade”. Disponível em: <https://goo.gl/wHl1Av>;
- “Escola democrática”. Disponível em: <https://goo.gl/oew1X7>.

## ESPAÇO DO LEITOR

Queremos conhecer suas opiniões: estamos aguardando seus comentários, sugestões de pautas, críticas e suas ideias. Escreva para a gente!



## ESTAMOS EM REDE

Você pode nos acompanhar, também, no Facebook. Há artigos que não estão no jornal e vídeos com discussões. Dá uma curtida.

 /entrelinhasociologicas

## GLOSSÁRIO

**CAPITAL CULTURAL:** é um conhecimento apreendido em geral. Ele pode ser acumulado através do meio familiar, dependendo da formação dos pais, educação, livros, diplomas, etc;

**INTERDISCIPLINARIDADE:** não compreende o pensar a partir da separação dos diversos ramos do conhecimento. Pelo contrário, entre professores, deve-se voltar para um diálogo entre os saberes que fomenta a autonomia intelectual dos educandos;

**NATURALIZAÇÃO:** consiste em aceitar como naturais situações que, na realidade, resultam da ação humana, fazem parte do processo de construção da sociedade e, como tais, são históricas;

**ORGANISMO:** Edgar Morin propõe a interligação entre ciência, artes e tradição; entre sujeito, objeto e conhecimentos produzidos; entre corpo, mente e sentimentos. Assim, organismo pressupõe pensar de maneira totalizante.

### EDITOR

Luciano de Melo Sousa

### CONSELHO EDITORIAL

Roberto Álvares Rocha  
Márcia Adriana de Lima Oliveira  
Antonio Glauber Alves Oliveira  
Dalva Stella Ferreira Dantas

### AUTORES

Ariadine Cristine Gonçalves Ribeiro  
Carlos Daniel da Silva Santos  
Jardson Barrinha dos Santos  
Joycelane Sousa do Nascimento  
Luciano de Melo Sousa  
Maiara Luisa Mendes Alves  
Mayara Xavier dos Santos  
Marcos Rangel de Sousa Costa

### PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Daniely Cintia Viana de Sousa  
Marcos Rangel de Sousa Costa

### CONTATO

redacaooes@gmail.com

### IMPRESSÃO

Gráfica da FUESPI

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ - UESPI  
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO, ASSUNTOS  
ESTUDANTIS E COMUNITÁRIOS - PREX  
PROGRAMA INSTITUCIONAL EM EXTENSÃO  
UNIVERSITÁRIA - PIBEU

**PREX**  
Pró-Reitoria de Extensão, Assuntos  
Estudantis e Comunitários - PREX